

Caderno de memórias coloniais: novas narrativas sobre histórias pessoais e coletivas dos colonizadores portugueses na África do século XX

Flavia Arruda Rodrigues
(Universidade Estácio de Sá)

Resumo

Este artigo apresenta uma análise do livro *Caderno de memórias coloniais*, da escritora Isabela Figueiredo, publicado em 2009 pela Angelus Novus, em Portugal. O objetivo é mostrar como as narrativas da autora apresentam histórias pessoais e coletivas dos colonizadores portugueses na África a partir de um novo ponto de vista que, enquanto é crítico, revive tempos silenciados pela redemocratização portuguesa.

Palavras-chave: África, colonização portuguesa, retornados, Isabela Figueiredo.

Abstract

This article presents an analysis of writer Isabela Figueiredo's *Caderno de memórias coloniais*, published in 2009, in Portugal, by Angelus Novus editorial house. The aim is to show how the author's narratives present portuguese colonizer's private and public histories from a new point of view, which is not only critical but also brings to life times silenced by the portuguese redemocratization process.

Keywords: Africa, portuguese colonization, returned migrants, Isabela Figueiredo.

A fotografia da escritora portuguesa Isabela Figueiredo, que ilustra a capa de seu livro *Caderno de memórias coloniais*, é a imagem da traição que ela pretende impor a seus compatriotas que, como ela, viveram os estertores do momento colonial do país, em Moçambique. Na foto, Isabela, à época uma menina dos seus 12 anos, posa para a câmara com seu cachorro Piloto no colo. De pé, apoiada sobre a perna esquerda e com os quadris em desalinho, Isabela usa sandálias de couro um pouco gastas, uma saia curta plissada e uma camiseta com listras horizontais. As patas do cão puxam a saia de Isabela ligeiramente para cima, para onde também ela, desajeitadamente, o acomoda. Duas tranças louras descem de sua cabeça, o queixo se aproxima do pescoço e ela dá um sorriso ao mesmo tempo acanhado e maroto para a objetiva, típico de uma menina de sua idade.

A imagem, em si, é uma evidência da passagem do tempo. O tom sépia causado pelo envelhecimento do papel fotográfico predomina, dando à cena, agora, matizes de amarelo que, antes, provavelmente não existiam. Atrás de Isabela e de Piloto, há um canteiro de flores muito bem arranjado, uma saída pavimentada de garagem que dá para a rua, um poste de iluminação pública, o asfalto, e, ao fundo, um edifício. Não há, na foto, informação que determine o lugar em que a foto foi tirada. Ao primeiro contato com o livro de Isabela Figueiredo, examinando a orelha do livro ou, talvez, ciente dos fatos por alguma crítica publicada, o leitor vai saber que se trata de um bairro de Lourenço Marques, hoje, Maputo, capital de Moçambique. No entanto, muito bem se poderia fazer uma confusão com alguma paragem que estivesse no território português europeu da época.

Não à toa. Os colonizadores portugueses que se instalaram em Moçambique, especialmente nos anos 1950 e 1960, como os pais de Isabela, cuidaram para que a paisagem urbana da cidade se parecesse o quanto possível com as das suas cidades de origem. Homens e mulheres brancos que, em Portugal, pertenciam à classe alta e à classe trabalhadora, e que emigraram, empenharam esforços para que, aos poucos, a urbanização da Lourenço Marques fosse ganhando características típicas de cidades portuguesas como Lisboa ou Porto, e que se tornassem um prolongamento geográfico do Portugal de origem. O canteiro de flores junto ao qual Isabela se posiciona era uma tradição e um orgulho das

donas-de-casa portuguesas daquela época, em qualquer lugar do globo em que estivessem.

É desse típico cenário urbano colonial português que Isabela Figueiredo vai se apropriar para escrever *Caderno de memórias coloniais*. São essas as paisagens que ambientam suas narrativas. Elas estão em um *caderno*, que remete a um diário de seus dias de infância, de idade escolar, a tempos e anotações de momentos de aprendizagem. As *memórias* são as dela. *Coloniais*, os tempos rememorados. Isabela Figueiredo, no entanto, não faz uma recapitulação necessariamente honrosa da vida cotidiana na colônia portuguesa, como seus compatriotas que ficaram em Moçambique pediram que fizesse ao chegar a Lisboa.

Anos mais tarde, e somente após a morte de seu pai, figura de destaque nas narrativas de *Cadernos de memórias coloniais*, Isabela Figueiredo decide escrever sobre episódios vividos por ela, na infância, durante o período de colonização portuguesa em Moçambique. Trata-se do segundo livro publicado pela autora. Isabela Figueiredo é professora de língua portuguesa e estreou na ficção em 1988 com *Conto é como quem diz*, contemplado no mesmo ano com o Grande Prêmio da Mostra Portuguesa de Artes e Ideias. As duas publicações foram separadas por um hiato de 21 anos. Nesse ínterim, a autora editou um blog chamado *Mundo Perfeito*, depois renomeado como *Mundo Novo*, no qual promoveu experiências literárias que funcionaram como um laboratório para a escrita de *Caderno de Memórias Coloniais*, livro publicado em 2009, em Portugal, pela editora Angelus Novus.

Em seu segundo livro, Isabela Figueiredo não narra, conforme afirma lhe ter sido pedido pelos outros portugueses que ficaram na África, o que seriam mágoas e injustiças sofridas, a partir do ponto de vista do colonizador naquele que transformou o espaço alheio. A prosa de Isabela Figueiredo assume posicionamentos políticos distintos, críticos à colonização e, nisso, reside a traição na fotografia da capa do livro.

Lá pela Metrópole andam muito amiguinhos dos pretos!, mas que vejam bem quem eles são, e a paga que nos deram por tudo o que aqui enterramos, e era nosso; esta cidade, o trabalho, donde comiam. É por ti que vão saber. Tens de contar. Conta a todos”. (...) Em silêncio, mas num silêncio ainda mais fundo, porque afinal já era uma mulher, voltei a chorar o que perdia e haveria de pagar. A dívida alheia que me caberia. Nunca entreguei a mensagem de que fui portadora. (FIGUEIREDO, 2009, p.109-111)

Nesse trecho, Isabela Figueiredo assume a voz do colonizador que não conseguiu ou não quis embarcar de volta para Portugal. Nele, transparece a mágoa do português de Moçambique em relação ao da metrópole, Lisboa. Na narrativa de Isabela Figueiredo, essa voz do colonizador, que se pretende de todo um grupo, expressa uma necessidade de dar a conhecer a perspectiva colonial do fim da ditadura e da posse de outros territórios. No entanto, ao narrar, ela se nega a executar essa tarefa.

Entre 1974 e 1975, aproximadamente 500 mil portugueses embarcaram de volta para Lisboa às pressas em aviões emprestados por países que, como Portugal, integravam a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). A Revolução dos Cravos que eclodiu na capital portuguesa na madrugada de 25 de Abril de 1974 marcou o fim de 42 anos de salazarismo, contados a partir da ascensão de António de Oliveira Salazar (1889-1970) à presidência do Conselho de Ministros. Naquele dia, Marcello Caetano, que sucedera a Salazar no comando do Estado Novo português, seguiu para o Aeroporto da Portela, onde embarcou em um voo para o Brasil. Aqui, Caetano fez carreira como professor universitário até a sua morte, em 1980.

O fim da ditadura salazarista e da Guerra Colonial, provocou o desmantelamento do sistema administrativo português em territórios dominados, como Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (Timor-Leste, por sua vez, foi invadido pela Indonésia em 1975, dando início a um novo conflito colonial que se estendeu até 1999). O fim da ingerência portuguesa sobre essas regiões significou a destruição do sustentáculo econômico do Estado Novo, uma vez que as colônias não só eram importantes fontes de minerais como petróleo, ouro, diamantes e minério de ferro, como delas provinham o abastecimento de alimentos e matérias-primas como algodão, café e milho. Também serviam como importantes mercados consumidores para produtos manufaturados em Portugal e em países com os quais mantinha acordos econômicos. O fim do controle português a partir de Lisboa pôs os colonos portugueses em situação de vulnerabilidade política, uma vez que eram eles os gerentes locais dessa engrenagem colonial, agora desestruturada.

Eram eles os responsáveis por tarefas como a urbanização das cidades nas colônias e a construção de suportes de infra-estrutura, tais como edifícios comerciais e residenciais, linhas de ferro e estradas. Igualmente, atuavam como gestores do imenso contingente de mão-de-obra negra local, que trabalhava em condições sub-humanas, sujeito a castigos físicos violentos e a um salário irrisório que não deixava o sistema laboral muito distante do escravocrata. Eram os colonizadores que lidavam diretamente com os trabalhadores negros. Os portugueses de Lisboa, apesar de se beneficiarem economicamente do sistema colonial, só tinham contato com ele através dos jornais ou de boletins administrativos. Eis porque a narradora de Isabela Figueiredo afirma que em Lisboa andavam “amiguinhos dos pretos”: um dos paradoxos da desestruturação da engrenagem colonial é que os portugueses da metrópole responsabilizaram os retornados por explorarem brutalmente a mão-de-obra local, embora também tenham se sustentado economicamente a partir dela.

Em *Caderno de memórias coloniais*, Isabela Figueiredo, filha de um colono eletricitista, trai o pedido de seus conterrâneos de Moçambique para que conte essa história a partir do ponto de vista dos colonizadores. Seu livro transita na ambiguidade de denunciar a exploração e a violência coloniais e de ser um instrumento de sedimentação de memórias que foram silenciadas durante cerca de 42 anos, desde que se deu a reabilitação do sistema de governo democrático, em Portugal. Em seu artigo “Duas meninas brancas”, Omar Ribeiro Thomaz (2012), ao tratar de *Caderno de memórias coloniais*, chama a atenção para semelhanças e diferenças existentes nas narrativas de Isabela Figueiredo e de Isabella Oliveira, esta, autora do livro *M.&U.*

Primeiramente, é importante destacar a observação de Thomaz acerca das duas autoras: se Isabella Oliveira é filha da fina flor da elite colonial portuguesa da Lourenço Marques de então, educada nos melhores liceus da África do Sul e da antiga Rodésia (território antes controlado pelo magnata inglês Cecil Rhodes; hoje, Zimbábue), Isabela Figueiredo é filha de um eletricitista de Lisboa que migrou para Moçambique em busca de ascensão econômica e social. Na então colônia portuguesa, os imigrantes se reconheciam por essas diferenças entre si, e os do estrato social mais alto se preocupavam em demarcar a distinção social em relação à outra classe de portugueses, de origem

economicamente inferior.

A partir dos eventos que ocorreram entre os dias 6 e 10 de setembro de 1974, afirma Thomaz, nos quais a coletividade branca de Moçambique tentou roubar o protagonismo da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) no encaminhamento político da futura ex-colônia, todos os portugueses, de origem rica ou pobre, foram igualmente agentes e vítimas de violência de e contra as populações locais. Thomaz recorre a Ricardo Saavedra, Jorge Jardim e Clotilde Mesquitela para estimar de 1.500 a 3.000 mortos, cálculo que leva em conta negros e brancos (esses últimos, armados nos anos anteriores pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado, a PIDE).

Se a violência foi tremenda, a menina não se rende a ignorá-la (como Isabella de Oliveira) ou a percebê-la como própria dos negros quando desprovidos de freios (brancos), como nos relatos de Saavedra (1975; 1995), Jardim (1976) ou Mesquitela (s.d.). A violência está diretamente ligada aqui ao trabalho, algo solenemente ignorado ou meramente citado pela esmagadora maioria da narrativa portuguesa e colonial existente sobre Moçambique. “Os negros do Domingos estavam fartos de carregar sacas de farinha e milho e farelo que nunca era para eles”: como certamente estariam aqueles estética e longinquamente citados por Adelino Serras Pires, os seus carregadores de água (2001), ou mesmo os criados da menina Isabella. E aqui o relato de Isabela Figueiredo apresenta uma coerência inusitada: a *belle vie* de uns estava associada ao *trabalho* dos outros. Trabalho que não se qualifica, do qual não se fala, de outros que não têm nome porque não são efetivamente conhecidos. (THOMAZ, 2012, p.423)

É importante ressaltar que Isabela Figueiredo não se fez portadora da mensagem que lhe foi destinada, ao contrário de Isabella de Oliveira, e nisso reside a traição de que se falava anteriormente. Isabella Oliveira, conforme ressalta Thomaz em sua reflexão, se permitia, por exemplo, amar um guerrilheiro da FRELIMO porque *ela* exercia seu protagonismo como portuguesa e se permitia amá-lo (e não porque ele havia lutado por décadas para, enfim, tomar à força Lourenço Marques, posicionando-se em guarda com seu fuzil Kalashnikov). Isabela Figueiredo, ao contrário, desconstrói o protagonismo português na colônia, e especialmente aquele que verifica na figura de seu pai, ao mesmo tempo carinhoso com a família e violento com os negros. É nele que a autora vai condensar a figura do colonizador português, e, para tal, lançará mão de uma

narrativa, ainda segundo Thomaz, de caráter nostálgico.

A prosa de Isabela Figueiredo difere de uma literatura colonial portuguesa clássica sedimentada no cânone nacional a partir de Luís de Camões por não ter o caráter pedagógico de formação de quadros de administradores coloniais e de colonizadores que a outra tinha. Isso não inviabiliza uma comparação entre as duas, principalmente no que diz respeito à índole portuguesa naquele momento, ainda que na literatura colonial ela servisse como exemplo maior a ser seguido e, na literatura de Isabela Figueiredo, como via para uma revisão crítica das sociedades portuguesas colonial e metropolitana da época. Tomando como um breve exemplo o livro *Oiro africano*, de autoria do escritor colonial português Julião Quintinha, que integrou minha dissertação de mestrado¹, é possível fazer uma aproximação e, ao mesmo tempo, identificar diferenças entre esses dois tipos de produção literária.

Logo nas primeiras páginas de seu *Oiro africano*, Julião Quintinha faz uma descrição das paisagens natural e humana que encontra no litoral africano oriental. Neste livro, escrito, publicado e premiado em 1929, ele se propõe a fazer uma grande reportagem sobre a vida dos portugueses em Moçambique. Seu livro anterior, *África misteriosa* (1928), fora igualmente premiado pelo Estado Novo, assim como *A derrocada do Império Vátua* (1930), escrito em parceria com Francisco Toscano, o foi no ano posterior à publicação de *Oiro africano*². Escreve Julião Quintinha:

Está linda a estrada, ladeada de copadas árvores do avermelhado e embriagante fruto que faz a loucura do indígena. Por toda a parte surgem do mato homens, mulheres e crianças, que nas vasilhas de todas as espécies transportam cajú para destilar. E nas sombras das árvores e das palhotas vejo muitos negros deitados de bruços, aniquilados pela embriaguês.

1 Defendi a dissertação de mestrado *Narrativas da dominação no Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colónias (1926-1951)* no Departamento de Letras da PUC-Rio, sob orientação da profa. Eneida Leal Cunha, em agosto de 2008. Nela, propus uma análise dos mecanismos de formação de colonizadores a partir dos livros *Oiro africano* (1929), *Na pista do marfim e da morte* (1944) e *Gentio de Timor* (1935). Os três foram premiados em diferentes edições de um concurso anual organizado pelo Estado Novo português que tinha o objetivo de selecionar os livros que mais estivessem alinhados com os propósitos salazaristas da chamada “Política do espírito”, que era a de formação de mentalidades.

2 A lista completa dos livros premiados no Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colónias pode ser encontrada nos anexos de *Império, mito e miopia: Moçambique como invenção literária*, de Francisco Noa.

É época de bebedeira permanente. O preto, enquanto o cajueiro tem fruto, sonha com o caju... Só pensa no cajú... É tal a sua obsessão, que chega a vir das minas do Transvaal, nesta época, propositadamente para passar na sua terra a temporada da bebedeira deliciosa... (QUINTINHA, 1929, p 21-22)

Quintinha não está apenas observando homens embriagados sob as árvores avermelhadas. Está descrevendo o mundo que o cerca naquele momento a partir de seu ponto de vista de colonizador, constituindo-se enquanto tal e, a partir de seu livro, pavimentando o caminho para que outros portugueses venham a se constituir da mesma forma. Não à toa, o livro foi premiado pelo concurso de literatura colonial da Agência Geral das Colônias do Estado Novo, sendo sua publicação e circulação incentivadas. Para ele, o negro de Moçambique não parece ser um habitante natural daquelas paragens, mas um ser que “surge do mato”, como se ali não estivesse em momento anterior, ou como se sua presença não fosse, de alguma forma, prevista ou aguardada.

Para o autor, os homens negros, bem como suas mulheres e filhos, são predispostos à preguiça. Trabalham apenas quando lhes convém, se lhes convém, preferindo passar a maior parte do tempo colhendo cajus que abundam em árvores frondosas. Na visão colonial de Quintinha, esse seria a única razão pela qual os negros migrariam dos trabalhos forçados nas minas de exploração, como que devendo, também, agradecer aos colonizadores por lhes oferecerem uma possibilidade de subsistência. O autor-narrador é um homem colonial português por excelência que, ao olhar para a paisagem da colônia, procura verificar a existência daqueles ou daquilo que proporcionará o correto andamento da engrenagem colonial, segundo seus parâmetros de ordenamento do espaço.

É diferente do que se lê no livro de Isabela Figueiredo. Em sua narrativa, a autora, embora seja ela própria um produto do ambiente colonial (e não negue essa perspectiva), não adere à vontade de dominação e violência da geração de seus progenitores. Ela rememora seu passado e reconstitui sua infância na Lourenço Marques dos anos 1960 e 1970, mas recusa o protagonismo sobre o qual escrevia Omar Ribeiro Thomaz. Em *Julião Quintinha*, essa posição de superioridade se propunha evidente e incontestável, o que não ocorre no texto da escritora. Apesar disso, ela não nega a existência dessa disposição para a violência, e a localiza com propriedade na figura de seu pai, o electricista português de origem

pobre que, em Moçambique, longe da metrópole, assume o papel de autoridade de um capataz da mão-de-obra negra local. Como ressalta Thomaz em seu artigo, Isabela Figueiredo, percebe, ao contrário do pai, o valor do trabalho dos negros, concluindo que é esse labor alheio que sustenta sua vida confortável de colona portuguesa de classe média em Moçambique.

Recebi todos os discursos de ódio do meu pai. Ouvi-os a dois centímetros do rosto. Senti-lhe o cuspo do ódio, que custa mais que o cuspo do amor, e enfrentei, olhos nos olhos, a sua raiva, a sua frustração, a sua tão torpe ideologia e, ouvindo, não disse nada, nem um assentimento, nem um músculo se mexeu, e eu, inteira, era um não.

Tive medo do meu pai. Que me batesse com as manápuas, que me gritasse, que me dissesse tu não és minha filha, porque minha filha não gosta de pretos, não acompanha com pretos, não sonha com pretos. Havia uma raiva tão grande dentro de si, em amigável convívio com o amor que podia oferecer-me de um momento para o outro. (FIGUEIREDO, 2009, p. 117-118)

A narradora se põe numa atitude de enfrentamento em relação a seu pai. Por consequência, também investe contra a construção do homem colonial português. Se por um lado a virulência e a agressividade típicas do momento colonial fabricaram indivíduos como esse pai, por outro ele exerce o papel de pai zeloso. Em *Caderno de memórias coloniais*, não se encontra somente esse pai, como também ambientes propícios para as infâncias felizes de pessoas que, no passado, foram crianças e jovens do espaço colonial português. Uma vez que esse passado se perdeu na fuga para Lisboa, silenciando-se depois por tantos anos, estabelece-se, no livro, um discurso melancólico da perda abrupta, do abandono repentino de lares, amigos, familiares e bens materiais.

Apesar de invadirem, dominarem e se apropriarem de terras alheias, os portugueses das colônias se sentiram roubados por uma convulsão política e social que tomou conta de todos os territórios sobre os quais Portugal tinha controle naquele momento histórico. Em muitos casos, sem direito a ressarcimentos. O texto de Isabela Figueiredo ganha tons melancólicos, rememorando e refletindo sobre o que foi, na perspectiva dos colonizadores, deles retirado, subtraído. O caso de *Caderno de memórias coloniais* é o de uma narrativa da saudade que se debruça sobre a volta forçada de indivíduos que, em sua maioria, se alinhavam com o governo metropolitano português na ficção de que

cumpriam a missão de construir e sustentar um império. Sobre o que foi e nunca mais voltará a ser. Sobre a dureza de serem confrontados com a evidência de que teriam de deixar o investimento de vidas inteiras para trás e retornar. De serem rotulados de *retornados*, uma vez que, na metrópole, sofreram rejeições de todos os tipos.

Sigmund Freud, em seu *Luto e melancolia*, tenta estabelecer semelhanças e diferenças entre esses dois estados psíquicos. Tais considerações são úteis para esta reflexão acerca do livro de Isabela Figueiredo. Para Freud, que demonstra grande humildade ao dar constante sinalização de suas incertezas no processo de pesquisa, os fatores que dão origem a estados de luto ou de melancolia parecem ser bem semelhantes. Têm origem na perda abrupta do ser, objeto ou situação que era mais amado, mais presente, mais caro ao indivíduo em processo de análise. Tanto o estado de luto quanto o de melancolia podem ser provocados pelo falecimento de um ente querido ou pela rejeição sentida em razão de um afastamento permanente, como no caso do rompimento de um relacionamento amoroso.

O indivíduo que se sente agredido por uma mudança radical de situação, além de se sentir impotente diante dela, sendo incapaz de revertê-la, desenvolve um comportamento narcísico que não somente é detectado pela aversão, mas também pela raiva, sentimento que se manifesta na desqualificação do que antes lhe era mais próximo. O que quer que fosse, antes, digno de amor e reconhecimento daquele que enfrenta o luto, passa a não ter nenhum valor afetivo. No entender de Freud, que escreve o livro em 1915, trata-se de um processo psíquico de duração determinada que o paciente supera com o decorrer de sua gnose. Na medida em que ele é capaz de transcender a frustração da perda e reestabelecer a autoestima, sente-se apto a superar o trauma que o desestabilizou emocionalmente.

A melancolia, ao contrário, estende-se indefinidamente, em alguns casos manifestando-se por toda a extensão da vida do paciente, a partir do momento em que ele presencia ou enfrenta episódios traumáticos. O indivíduo melancólico não consegue interromper a manifestação de recalques, revivendo permanentemente os episódios que, em seu entender, lhe causaram ofensa. A intensidade desse fenômeno pode, até, levar o indivíduo a confundir o momento passado com o presente, transformando ambos em uma experiência única.

Para o indivíduo melancólico, a situação traumática permanece em curso em seu momento atual, ainda que tenha sido vivida muito tempo antes³. Alguns trechos das narrativas de *Caderno de memórias coloniais* permitem uma aproximação com as teorias de Freud, tanto por não apresentarem sinais de desfecho ou superação quanto por darem indicações de que a perda das colônias, para alguns portugueses, manifesta-se como um recalque, sendo periodicamente revivido no discurso de indivíduos que outrora atuaram como agentes sociais e já não podem mais fazer valer seu protagonismo. No breve primeiro capítulo do livro, que ocupa apenas uma página, Isabela Figueredo escreve:

Manuel deixou o seu coração em África. Também conheço quem lá tenha deixado dois automóveis ligeiros, um veículo todo-o-terreno, uma carrinha de carga, mais uma camioneta, duas vivendas, três machambas, bem como a conta no Banco Nacional Ultramarino, já convertida em meticais.

Quem é que não foi deixando os seus múltiplos corações algures? Eu há muitos anos que o substituí pela aorta. (FIGUEIREDO, 2009, p.11)

Nesse trecho, que apresenta o leitor ao universo colonial da antiga Lourenço Marques, a autora evoca um cotidiano que lhe era particular, como o era a tantos outros portugueses que lá viviam. Deixar o coração em África significou abandonar abruptamente um dia-a-dia corriqueiro, feito do cultivo de investimentos emocionais e comerciais, que incluía a relação com familiares, amigos, parceiros de negócios e negros, assimilados ou não. As violências perpetradas contra esses últimos indivíduos eram normais para a maior parte dos portugueses que viviam no contexto colonial, fazendo parte da conduta deles esperada. É, aliás, a naturalização desses discursos que constituem uma das potências do livro, uma vez que eles flagram características da colonização portuguesa que a autora revisa.

3 No livro *Writing history, writing trauma* (p.87), Dominick LaCapra escreve sobre sua experiência em um grupo de trabalho interdisciplinar, no qual se chamaram testemunhas sobreviventes do Holocausto para darem depoimentos. Em certo momento, ao lembrar da explosão de duas chaminés de altos-fornos no campo de concentração de Auschwitz, a convidada passou a reviver a situação como se estivesse no passado, adotando um comportamento igualmente transtornado. Outro dado importante apresentado por LaCapra nesse trecho é a recusa de alguns historiadores do grupo em considerar o depoimento válido, uma vez que se tinha notícia, por outros documentos, de que não haviam duas, mas quatro chaminés. Para o autor, esse não é um fator que determina a pertinência do discurso. Para LaCapra, sua intensidade é o que lhe dá relevância.

O esforço de Isabela Figueiredo, bem como os de outros autores de sua geração que se propõem à mesma tarefa, como Dulce Maria Cardoso, parece ser o de atuar no sentido da organização e sedimentação de uma memória conflituosa que interrompa o doloroso cultivo da mágoa. É relevante, ainda, que esse passado sobre o qual não se tenha podido falar tenha ficado na obscuridade por quatro décadas, vindo à tona nos últimos anos e se intensificando com a emergente escrita produzida pela segunda geração de colonizadores, as crianças da época da derrocada colonização; autores que, como Isabela e Dulce, estão atualmente na faixa etária de 50 anos e se dedicam à reescrita dessa passado colonial. Também é relevante que esses textos tenham emergido em um contexto de profunda crise econômica e institucional de Portugal, contra a qual autoridades governamentais do país têm reagido com drásticos programas de cortes de verbas, criando recessão e desemprego.

O excessivo peso do enfrentamento da realidade, aliado à frenética circulação de informações nos meios de comunicação tradicionais e na internet, especialmente nas redes sociais, pode ser um fator que explique a busca dos escritores (e de outros artistas) por uma ancoragem histórica. Essa possibilidade de busca por segurança com que aqui trabalho se conjuga com as reflexões propostas por Andreas Huyssen em seu livro *Seduzidos pela memória*. Na análise feita em “Passados presentes: mídia, política, amnésia” (HUYSSSEN, 2004), Huyssen problematiza a emergência da memória como um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes nas sociedades ocidentais.

O Holocausto e a falência do projeto iluminista no século XX, afirma, flagraram a incapacidade de realização de uma anamnese da vida em paz com a alteridade, ao menos no Ocidente. Paradoxalmente a essa aporia, para Huyssen, a violência empreendida pelo nazismo surge como figura de linguagem que permite o entendimento de situações locais específicas, como parece ser o caso, por aproximação (não uma replicação, pois a dimensão do horror do Holocausto não o permite) com a colonização portuguesa na África.

Não é uma surpresa, portanto, que Isabela Figueiredo apresente uma metáfora da colonização portuguesa pela via dos campos de concentração nazistas e pelo Holocausto. Evidentemente, não há comparação direta entre a violência colonial portuguesa e o antissemitismo que levou ao extermínio brutal de cerca de seis milhões de judeus durante

a Segunda Guerra Mundial. A Solução Final proposta e engendrada por Hitler foi e ainda é uma demonstração de ódio sem paralelo na história da Humanidade. Passados quase 70 anos do armistício, essa ainda é uma demonstração de irracionalidade sem dimensão averiguável.

Guardadas as proporções das duas máquinas político-administrativas de violência, e também entre a eficiência de ambas, é possível indicar semelhanças entre práticas do nazismo e da ação colonial do Estado Novo português. Uma delas é a existência, em ambas, da *banalidade do mal*. O conceito foi desenvolvido por Hannah Arendt em *Eichmann em Jerusalém*, seu livro-reportagem de 1963, que resultou de considerações da filósofa a respeito do julgamento do nazista Adolf Eichmann, em Jerusalém, dois anos antes. Ao observar a fisionomia, o tom de voz e o conteúdo burocrático das respostas dadas por Eichmann às interpelações a ele feitas no tribunal, Arendt concluiu que a monstruosidade daquele réu, e de qualquer humano, não precisa, necessariamente, se manifestar por comportamentos alterados. Pelo contrário, naquele caso, o inominável fora executado por ordens de um burocrata medíocre.

Eichmann, para Arendt, era um aplicado funcionário da máquina de morte nazista, dolorosamente alemão e *normal* para a sociedade da época. Para ele, não importava se seres humanos estivessem sendo empurrados para dentro de trens e encaminhados para campos de concentração, onde seriam sujeitos a trabalhos forçados, à fome e à doença, sendo mortos em câmaras de gás ou pelotões de fuzilamento ou, ainda, submetidos a terríveis experimentações científicas como cobaias humanas. E que os altos-fornos dessem conta da higienização dos ambientes, reduzindo montanhas de corpos a cinzas. O que importava, para Eichmann, era que o trem estivesse em marcha e que a missão designada a ele estivesse cumprida, qualquer que ela fosse. O caráter totalitário do sistema nazista o anulava, impedindo-o de realizar qualquer julgamento ético sobre as tarefas administrativas que realizava.

O que se buscava no Estado Novo português era a implantação e intensificação da *Política do Espírito*, mecanismo de formação de mentalidades idealizado por António Ferro, enquanto ocupou o cargo de diretor do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), órgão depois designado Secretariado Nacional de Informação (SNI). Utilizando-se dos meios de comunicação (principalmente, o rádio) e do incentivo à

realização de atividades culturais e esportivas, o regime totalitário de António de Oliveira Salazar enfatizava o valor do trabalho, a obediência, a subserviência e a honradez como características intrínsecas do povo português.

Fatores como esses acabaram por naturalizar a ação colonial portuguesa, de modo que os cidadãos do país não supusessem sua existência sem os territórios conquistados. O mesmo se dava em relação à força de trabalho local. Aplicar castigos físicos a um negro por ter realizado um serviço considerado malfeito era tão previsível quanto o encontro para um drinque no fim de tarde ou uma partida de tênis num clube português no fim de semana. No entanto, para a narrativa de Isabela Figueiredo, que se deseja traidora, a visão da Lourenço Marques de sua infância é a desse “largo campo de concentração com odor a caril”, como ela escreve logo nas primeiras páginas de *Caderno de memórias coloniais*, remetendo, pela identificação do odor de *curry*, à disposição geográfica da cidade, à beira do Oceano Índico:

Lourenço Marques, na década de 60 e 70 do século passado, era um largo campo de concentração com odor a caril.

Em Lourenço Marques, sentávamo-nos numa bela esplanada, de um requintado ou descontraído restaurante, a qualquer hora do dia, a saborear o melhor uísque com soda e gelo, a debicar camarões, tal qual como aqui nos sentamos, à saída do emprego, num *snack* no Cais do Sodré, forrado a azulejos de segunda, engolindo uma imperial e enjoando tremoços.

Os criados eram pretos e nós deixávamos gorjeta se tivessem mostrado os dentes, sido rápidos no serviço e chamado patrão. Digo nós, porque eu estava lá. Nenhum branco gostava de ser servido por outro branco, até porque ambos antecipavam maior gorjeta. (FIGUEIREDO, 2009, p.23)

A escrita, no caso de Isabela Figueiredo, é a ferramenta não só disponível como necessária para a emulação de um trauma ao mesmo tempo pessoal e coletivo, o da perda abrupta de seu universo particular colonial. As narrativas da mulher adulta que lembra seus tempos de pré-adolescente, e que interessadamente se vale de um olhar que, aos poucos, vai perdendo sua ingenuidade, configuram-se como um campo relativamente seguro no qual lembranças do passado são trazidas à consciência e novamente experimentadas, sendo, depois, partilhadas

pelos leitores que as viveram. A compreensão de impasses, paradoxos e incoerências da ação colonial portuguesa na África é alcançada por meio da abertura a que ela chega por lembranças próprias ou relatadas por outros, de memórias e pós-memórias reunidas num mesmo livro.

Em seu *Writing history, writing trauma*, Dominick LaCapra aborda a questão da escrita emulativa. Na medida em que a memória permite acesso consciente e controlado ao passado, cria-se uma nova perspectiva, a partir da qual se pode relembrar eventos do tempo pretérito com distanciamento crítico. Tem início o processo de reavivamento das memórias, da elaboração delas e de sua superação por meio da linguagem. Essa transcendência poderá jamais ser plena. Porém, há uma possibilidade de que a intensidade dos fenômenos fique mais branda, e que o indivíduo não seja mais assombrado por suas lembranças (ou, quem sabe, tal mudança ocorra com os portugueses, em sua coletividade).

A escrita emulativa, de acordo com LaCapra, opera como um tipo de ensaio dessa transcendência, realizada com ajuda da literatura, num ambiente mais seguro do que o do testemunho oral da perda. É um tipo de escrita que se abre para o debate, mesclando relatos de memória com ficção, não se inscreve na tradição crítica literária canônica. Sua transividade, está além da apreciação da academia ou do jornalismo.

Sua função é a de atender à ansiedade causada pelo excesso, pela pressão exercida pelo que é insuportável, indizível. É um tipo de arte performativa, que pode ser arriscada, dolorida, mas que ainda é mais segura do que a experiência da dor. LaCapra, como Huysen em *Seduzidos pela memória*, faz uso do exemplo do Holocausto para abrir o debate a outros tipos de traumas coletivos provocados por guerras, epidemias e disputas religiosas. Não é uma surpresa, portanto, que Isabela Figueiredo compare a colonização portuguesa na África com um campo de concentração.

This markedly performative kind of art may be risky (...). But even in its riskier and less predictable forms, it is relatively safe haven compared with actual traumatization. It may even be a means of bearing witness to, enacting, and to some extent, working over and through trauma weather personally experienced, transmitted from intimates or sensed in one's larger social and cultural setting. (LACAPRA, 2001, p.104)⁴

4 Em minha livre tradução: "Essa forma de arte marcadamente performativa pode ser arriscada (...). Porém, mesmo em suas formas mais arriscadas e menos previsíveis, é relativa-

A comparação que a escritora faz é entre a exploração da mão-de-obra dos negros de Moçambique com os trabalhos forçados que os judeus faziam nos campos de concentração nazistas. Para não sofrerem castigos físicos, os locais deveriam manter atitude de obediência total aos brancos portugueses, demonstrando subserviência ao chamá-los de patrões. Deveriam ser rápidos, sorrir e mostrar os dentes, embora estivessem numa condição social permanentemente inferior, da qual não estavam autorizados a sair. Os brancos, por sua vez, antecipavam esse comportamento de parte dos negros, já que não lhes agradava a ideia de serem atendidos por outro branco, situação diante da qual deveriam oferecer gorjeta.

Pelo reconhecimento da diferença, os colonizadores portugueses escolhiam se tratavam seus interlocutores com igualdade ou com desprezo. Enquanto os negros se submetiam a subempregos, os portugueses poderiam “tomar um uísque com soda ou gelo e debicar camarões”. Não que representasse grande coisa, pois a autora faz uma comparação que desmerece os portugueses da colônia, tal qual eles foram recebidos pelos compatriotas da metrópole quando lá chegaram, regressados da África: o ideal de um drinque ao fim de tarde, na colônia, seria comparável a um *snack* no Cais do Sodré, num bar de paredes revestidas com azulejos de segunda, tomando uma cerveja à imperial e comendo tremoços⁵.

O Cais do Sodré, em Lisboa, é uma área movimentada da região central de Lisboa, que poderia ser comparada à da Praça XV, no Rio de Janeiro, principalmente pela proximidade com a Estação das Barcas e com a integração com outros meios de transporte. É do Cais do Sodré que saem as barcas que levam a população pendular da cidade para seus municípios de origem, como Almada, Cacilhas e Seixal, na outra margem do Rio Tejo. Essas localidades receberam grande afluxo de retornados na década de 1970, uma vez que, como ocorre com municípios da Baixada

mente segura, sendo comparada com a traumatização atual. Pode, inclusive, ser um veículo para suportar o testemunho, encenando e, até certo ponto, elaborando e superando o trauma enquanto experiência pessoal transmitida por detentos ou sentida num contexto social e cultural mais amplo”.

5 Para os brasileiros que não estão acostumados com os hábitos lisboetas: uma imperial é uma cerveja tirada na pressão, como o nosso chope. Tremoços são tira-gostos populares em Portugal, e têm o aspecto semelhante ao do grão-de-bico.

Fluminense, ainda hoje oferecem aluguéis e vendas de imóveis a preços muito mais baixos do que os da capital. Possivelmente, o português imaginado por Isabela Figueiredo, ao fazer essa comparação, seja um retornado reintegrado à sociedade metropolitana que se encaminha para casa ao fim de um dia de trabalho em Lisboa.

Se o português da colônia a que ela se refere quisesse ou pudesse manter seu status social em Lisboa, tomando um drinque num bar equivalente ao encontrado na Lourenço Marques daquela época, certamente estaria num estabelecimento mais caro, no mínimo menos decadente. Ao deslocar o espaço em que esse português da elite colonial toma sua bebida, Isabela Figueiredo está equivalendo ou equilibrando as posições sociais do conjunto de portugueses brancos e dos negros moçambicanos, desqualificando a pompa dos primeiros e valorizando o trabalho dos outros. É por essa via que ela se torna uma traidora: a autora não adere ao discurso colonial vitorioso que seus conterrâneos esperavam dela e situa a presença portuguesa nas colônias no entrelugar proposto por Margarida Calafate Ribeiro em *Uma história de regressos: império, guerra colonial e pós-colonialismo*.

As narrativas sobre portugueses que retornaram das colônias africanas no fim do século XX não estão contempladas neste livro de Calafate Ribeiro, que é de 2004 (como afirmado anteriormente, este fenômeno editorial se intensifica quatro anos depois, a partir de 2008). No capítulo “Onde a terra se acaba e o mar começa: imagens de centro e imagens de periferia”, a autora se apropria de exemplos extraídos de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões e *Lusitânia transformada*, de Fernão Álvares do Oriente, e *História do futuro*, de António Vieira, para analisar discursos constitutivos do império português, identificando tentativas de transposição de seu centro para as periferias. Ao comentar o trecho de um livro de Fernão Álvares do Oriente, citando uma análise de Helder Macedo, Calafate Ribeiro afirma que

Ao transformar a imagem do império em imagem pastoril, Fernão Álvares do Oriente está simultaneamente a transpor o centro da nação portuguesa para a periferia imperial e é aí, nesses fragmentos de império já sem centro, que o autor encontra “o reflexo espectral da nação esvaziada” (Macedo, 1998:396) ou, dito de uma forma diversa, mas complementar, de “um império como imaginação do centro”. A imaginação deste centro, sabidamente perdido, como é manifesto na melancolia que envolve as personagens, refaz-se no espaço imaginário e intermédio

de uma ilha-memória que é metaforicamente a Ilha do Amor camoniana (Cirurgião, 1985:XLVII; Macedo, 1998:404)”. (RIBEIRO, 2004, p.43)

Essa foi, também, uma das táticas da literatura colonial de caráter formativo e pedagógico: transpor o ambiente pastoril (e urbano) de regiões portuguesas como as do Minho e do Douro (e de Lisboa) para o ambiente da colônia. São narrativas repletas de tentativas de equivalências geográficas, que tinham como objetivo fazer com que o colonizador português que lesse o livro percebesse aquela terra desconhecida como familiar. A literatura atuava como ordenadora do espaço, estabelecendo semelhanças que atendiam aos interesses do Estado Novo, ao colaborarem com a adaptação do português europeu em solo por ele não habitado.

Foi motivada por esse senso comum, o de que os territórios localizados na África eram extensões do português, que os colonizadores urbanizaram cidades de modo a replicarem suas arquiteturas de origem na terra estrangeira. Eis o motivo pela qual a Lourenço Marques da foto da capa do livro de Isabela Figueiredo, por exemplo, se parece tanto com a metrópole, chegando ao ponto de poder ser confundida com ela. Mesmo elementos da paisagem natural, como montanhas ou campos, frequentemente eram comparados com os do Portugal continental, valorizando a ideia do império como extensão de seu centro, Lisboa. Eram imaginações de centro como essas que se estabeleciam a partir das colônias, no dito império português. Denominar império a conquista portuguesa de territórios na África e na Ásia é algo que deve sempre exigir ressalvas.

Tenho a impressão que essa literatura pode se aproximar de dois conceitos, a ideia foucaultiana de contra-memória, estudada com propriedade por Roberto Vecchi, principalmente no caso colonial português, e o de literaturas pós-autônomas, de Josefina Ludmer. Vecchi, aliás, faz uma ressalva importante no artigo “Incoincidências de autoras: fragmentos de um discurso não só amoroso na Guerra Colonial” (VECCHI, 2012) ao evidenciar o paradoxo das literaturas femininas que abordam a guerra. Em seu texto, ele trata da aporia dessas vozes que, por serem de mulheres, são as primeiras a serem silenciadas pelos androcêntricos beligerantes. No entanto, são as que oferecem “as revisões históricas racionalizadoras sobre a Guerra Colonial” (VECCHI,

2012, p.98), sem esquecer de suas importâncias como elementos constituidores da identidade dos portugueses de ontem e de hoje, da metrópole e da ex-colônia.

Tendo a aderir ao termo “literatura nostálgica”, tal como o utiliza Omar Ribeiro Thomaz em seu artigo já citado neste capítulo. Há, ainda, outra possibilidade, a de *locus de memória* da África na literatura portuguesa, como quer Inocência Mata, a partir de Pierre Nora. Aliás, em seu artigo publicado na revista *Letras Com Vida*, da Universidade de Lisboa, no qual faz uma reflexão sobre essa nova literatura, Inocência Mata aborda um ponto importante ao se questionar da seguinte forma: “Por isso, ocorre-me perguntar: considerando o caráter relacional da identidade, muito dessa produção é literatura africana ou é, antes, uma feição da literatura portuguesa?”. (MATA, 2011, p.136).

Foi uma pergunta que também me fiz ao propor a comunicação oral para a organização da Abralic de 2013. Na lista de simpósios oferecida aos pesquisadores, havia diferentes tópicos sobre literatura portuguesa e outros tantos sobre literaturas africanas. No entanto, em que lugar haveria de se inserir um trabalho que não abordaria questões como “O realismo finissecular de Eça de Queirós: um diálogo com seus contemporâneos e as vanguardas” nem as “Literaturas africanas e diaspóricas: identidades e territorialidades”? Uma comunicação que não se alinharia com a literatura portuguesa como voz hegemônica nem com a literatura de resistência e afirmação nacionais das ex-colônias africanas (embora reconhecesse o valor de ambas)? Agradeço, por isso, à gentileza das professoras Rita Chaves e Marinei Almeida por aceitarem meu trabalho no simpósio “Nações, tradições, contradições: as Áfricas literárias em debate”.

É mais produtivo ler essas narrativas do ponto de vista da fusão indefinida de ficção com não-ficção, procurando, principalmente, compreender a função social que esses livros exercem nas sociedades portuguesas e africanas de hoje. É preciso pensar que contribuições esses livros podem trazer para a realização de ancoragens históricas, principalmente num momento de crise econômica e institucional como o atual. Tal como afirma Josefina Ludmer em seu ensaio “Literaturas pós-autônomas” (LUDMER, 2007), não se trata de buscar maior ou menor grau de literariedade nesses textos, pois não é isso que está em questão.

BIBLIOGRAFIA

ARENDDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CARDOSO, Dulce Maria. *O retorno*. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2011.

CAVALIERI, Silvia. “Isabela Figueiredo, *Caderno de memórias coloniais*, Coimbra, Angelus Novus, 2009”. In: *Confluente: Rivista de studi iberoamericani (Università di Bologna)*. Vol 2. N.1. Seção Finestre. pp. 216-119. Disponível em <http://confluente.unibo.it/article/download/1868/1230>. Acesso em 10 Jan.2013.

102

COELHO, Ana Amélia. PINO, Claudia Amigo. PADILHA, Josias et al. “Dúvidas, surpresas, implicações: Entrevista com Phillipe Lejeune”. In: *Revista Criação e Crítica*. Número 4. Abr. 2010. Disponível em www.fflch.usp.br/dlm/criacaoocritica/.../16CC_N4_entPLejeunept.pdf. Acesso em 20 Jun.2013. pp. 197-2006.

CUNHA, Eneida Leal. *Estampas do imaginário: literatura, história e identidade cultural*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

LACAPRA, Dominick. *Writing history, writing trauma*. Baltimore, Londres: The Johns Hopkins University Press, 2001.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. NORONHA, Jovita Maria Gerheim (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

FIGUEIREDO, Isabela. *Caderno de memórias coloniais*. Coimbra: Editora Angelus Novus, 2009.

FOUCAULT, Michel. “O que é um autor?”. In: *O que é um autor?* 4ª ed. Lisboa: Vega Editora, 2002. pp. 29-87.

_____. “Conferência 1”. In: *A verdade e as formas jurídicas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nau Editora/PUC-Rio, 1999. pp. 7-27.

FREUD, Sigmund. *Luto e melancolia*. São Paulo: CosacNaify, 2012.

LIMA, Rachel Esteves. “Entrevista: Françoise Simonet-Tenant”. In: SOUZA, Eneida Maria de. LAGUARDIA, Adelaine. MARTINS, Anderson Bastos. *Figurações do íntimo. Ensaios*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LUDMER, Josefina. Literaturas postautónomas. In: *Ciberletras*. Numero 17. 2007. Disponível em <http://www.lehman.cuny.edu/ciberletras/v17/ludmer.htm>. Acesso em 04 jan.2013.

HALL, Stuart. “Quem precisa de identidade?” In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. pp. 103-133.

HUYSSSEN, Andreas. “Passados presentes: mídia, política, amnésia”. In: *Seduzidos pela memória*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004. pp.9-40.

MACHADO, Patrícia Furtado Mendes. “Memória afetiva e imagens da ditadura”. In: *Sala Grumo*. Disponível em <http://www.salagrumo.org/notas.php?tipoNota=22> Acesso em 25 jun.2013.

MAGALHÃES, Julio. *Os retornados: um amor nunca se esquece (romance)*. Ed. especial limitada. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008.

MATA, Inocência. “Uma intensa disseminação: a África como *locus* na literatura portuguesa”. In: *Letras Com Vida*. Revista do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. N. 3 (1º semestre). Lisboa, 2011.

NESTROVSKI, Arthur. “Vozes de crianças”. In: *Catástrofe e representação*. NESTROVSKI, Arthur. SELIGMANN-SILVA, Márcio. (orgs). Rio de Janeiro: Editora Escuta, 2000.

NOA, Francisco. *Império, mito e miopia: Moçambique como invenção literária*. Lisboa: Caminho Editorial, 2002.

QUINTINHA, Julião. *Oiro africano*. Lisboa: Editora Portugal Ultramar, 1929.

RIBEIRO, Margarida Calafate. *Uma história de regressos: Império, guerra colonial e pós-colonialismo*. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

_____. “Margarida Calafate Ribeiro sobre *Caderno de memórias coloniais*”. In: *Livros que elevam - Angelus Novus*. Site. Disponível em <http://angnovus.wordpress.com/2010/02/18/margarida-calafate-ribeiro-sobre-%C2%ABcaderno-de-memorias-coloniais%C2%BB/>. Acesso em 25 abr. 2010.

RODRIGUES, Flávia Arruda. *Narrativas da dominação no Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colônias (1926-1951)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Letras, 2010.

SOUZA, Marinete Luzia Francisca de. Entrevista Margarida Calafate Ribeiro/Roberto Vecchi. *Polifonia*. V.19. N.26. pp. 253-262. Ago/Dez 2012. Disponível em <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/831/645>. Acesso em 20 Jun. 2013.

THOMAZ, Omar Ribeiro. “Duas meninas brancas”. In: BRUGIONI, Elena. PASSOS, Joana. SARABANDO, Andreia. SILVA, Marie-Manuelle (orgs.). *Itinerâncias: Percursos e representações da pós-*

colonialidade. Braga: Editora Humus/Universidade do Minho, 2012. pp.405-427.

VECCHI, Roberto. “Incoincidências de autoras: Fragmentos de um discurso não só amoroso na literatura da guerra colonial. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*. N.68. 2004. Disponível em <http://rccs.revues.org/1083> Acesso em 1º Ago.2012. pp.85-100.

VERSIANI, Daniela. *Autoetnografias. Conceitos alternativos em construção*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.